

Para pensar transições

democracia, mercado, estado

Fábio Wanderley Reis

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REIS, FW. *Mercado e Utopia* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Para pensar transições: democracia, mercado, estado. pp. 173-206. ISBN: 978-85-99662-79-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARA PENSAR TRANSIÇÕES: DEMOCRACIA, MERCADO, ESTADO¹

I. Política, mudança e teoria da mudança

Se posso começar este texto numa nota pessoal, meu ponto de partida no exame das questões que aqui se discutem foi o interesse pelo tema do autoritarismo político, o qual se liga, naturalmente, com a recente experiência brasileira do regime de 1964. Ao buscar entender os problemas relacionados ao autoritarismo político, convenci-me de que é impossível dar conta adequadamente deles se nos mantemos perto demais dos eventos e abrimos mão do objetivo de alcançar uma teoria mais ambiciosa da mudança, dotada de poder explicativo. No campo dos estudos de alguma forma referidos à América Latina, pelo menos duas tendências parecem opor-se ao intuito de construir tal teoria. A primeira é a tendência, amplamente difundida entre os cientistas sociais brasileiros (especialmente, talvez, aqueles que se entendem como marxistas, apesar dos equívocos associados à distinção entre “historicismo” e “historismo” e sua aplicação ao marxismo)², de conceber os países latino-americanos e as vicissitudes de sua história como “peculiares” a tal ponto e de tal forma que se tornaria ilegítima qualquer pretensão de relacioná-los analiticamente com outros países e experiências – particularmente com os “modelos” europeu-ocidentais da assim chamada “teoria da modernização”. Essa tendência, que se vincula com certa urgência de “relevância”, resulta geralmente numa contextualização prematura e estéril do trabalho e expressa, em última análise, um viés antiteórico. A outra tendência, não sem relação com a primeira, revela-se na pronta disposição dos especialistas a mudarem de tema de acordo com as fluidas circunstâncias da vida sócio-política latino-

¹ Este artigo foi originalmente preparado para o seminário “Issues on Democracy and Democratization: North and South”, realizado no Kellogg Institute, Universidade de Notre Dame, em novembro de 1983. A versão extensamente reformulada que aqui se publica apareceu inicialmente em *Novos Estudos Cebrap*, vol. 30, julho de 1991.

² A utilização de “historismo” para indicar a ênfase na singularidade histórica, em contraste com “historicismo”, onde se destacaria a ideia de direção e previsibilidade na história, é sugerida por José Guilherme Merquior em comentário a “Mudança, Racionalidade e Política”, de minha autoria, ambos publicados em Bolívar Lamounier (org.), *A Ciência Política nos Anos 80*, Brasília, Editora UnB, 1982. Meu texto é reproduzido como capítulo 1 no presente volume.

americana, em frustrante perseguição aos eventos – do colapso das democracias à dinâmica dos regimes autoritários, daí aos processos de abertura, à transição a novos regimes democráticos, à consolidação da democracia... Não pretendo negar, naturalmente, o interesse e a eventual contribuição de pelo menos parte dos esforços aos quais esta caracterização pareceria aplicar-se. Mas sustento que a condição crucial para que venham a ser frutíferos é a de que não se perca de vista a fluidez mesma do processo que nos trouxe há pouco à aparente “morte” do autoritarismo e à restauração da democracia – e de que, bem ao contrário, se faça do processo global, com sua fluidez característica, um tema de preocupação explícita, buscando-se apreender a lógica que nele se acha em jogo³. Fora do âmbito latino-americano, os acontecimentos recentes na União Soviética e no Leste europeu não fazem senão colocar, em maior escala e de maneira certamente mais espetacular, os mesmos desafios básicos.

Como será talvez claro, latente em tudo isso está a ideia de que não podemos evitar lidar com o problema da *direção* da mudança, por contraste com o irracionalismo ligado à moda antievolucionista de muito das ciências sociais contemporâneas⁴. Naturalmente, tal problema envolve diversas facetas complicadas, acima de tudo a de até que ponto será possível tratá-lo de maneira “descritiva” ou empírica e de como o empenho correspondente se relacionará com preocupações prescritivas, normativas ou práticas. Sem entrar nos muitos meandros do tema, registro aqui minha convicção de que certo modelo admitidamente *normativo* de um estado alternativo ou antecipado pode ser derivado de maneira rigorosa da própria definição convencional das preocupações básicas da ciência política – ou da própria definição da política. Isso importa em afirmar que a definição do objeto

³ “A morte dos regimes autoritários” é o expressivo título de uma conferência proferida por Philippe Schmitter no Inter-University Centre, Dubrovnik, Iugoslávia, em 31 de março de 1983. Igualmente expressivo é o fato de que apenas uns poucos anos a separam do aparecimento do conhecido volume organizado por Juan Linz e Alfred Stepan sob o título análogo de “o colapso dos regimes democráticos”: *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978.

⁴ Uma ilustração particularmente instrutiva das limitações do antievolucionismo corrente e dos becos-sem-saída a que leva se tem em Perry Anderson, *Lineages of the Absolutist State*, Londres, Verso Editions, 1979. Um brilhante trabalho de *scholarship* por vários aspectos, o livro é seriamente prejudicado, contudo, pela necessidade de pagar tributo ao antievolucionismo – de maneira nitidamente inconsistente, ao cabo. A crítica do livro se faz em “Mudança, Racionalidade e Política”, neste volume.

mesmo da ciência política necessariamente envolve uma postura crítica. Assim, pode-se mostrar que a referência convencional às relações de poder na definição da política só é aceitável como critério – a despeito de sua aparência de “realismo” e isenção – na medida em que envolve a suposição de que o poder é um *problema* no plano prático. Em outras palavras, só estamos interessados nas relações de poder, mesmo enquanto sociólogos da política ou cientistas políticos, na medida em que elas são intrinsecamente problemáticas: assim como não há política na relação entre um cão e seu dono, tampouco haveria política numa sociedade de escravos onde hipoteticamente não existisse qualquer chance de que estes viessem a deixar de ser escravos e a afirmar-se autonomamente, ou onde os únicos interesses a contar fossem de uma vez por todas os do senhor. A autonomia dos participantes – ao menos a autonomia potencial – é, portanto, condição para que uma relação de poder possa ser qualificada como política, o que significa que os interesses de cada participante devem ter relevância ao menos potencial no condicionamento da relação.

A intuição aí contida pode transpor-se em termos de que certa concepção básica de *democracia* é inerente à definição da política e da ciência política – de que a democracia, portanto, é não apenas um desiderato prático, mas também uma importante referência *analítica*. Tal sugestão é levada a um ponto extremo em certa tradição de pensamento que tem Hannah Arendt, contemporaneamente, como destacada representante. Como se sabe, no pensamento de Arendt o poder é na verdade *excluído* da esfera da política, a qual é concebida, nas pegadas de Aristóteles, como a esfera da livre comunicação entre iguais. Envolvida em tal concepção se encontra a idealização da ágora ateniense, à qual se liga a ideia do poder como *pré-condição* da política em correspondência com o fato de que é a sujeição dos outros na esfera privada (no *oikos*) que permite aos “tiranos” ou “monarcas” privados reunirem-se como iguais na ágora e dedicarem-se aos assuntos públicos⁵.

O que há de atraente na intuição que erige a igualdade em componente da própria definição da vida política é bastante claro. Ela leva à ideia, tomada posteriormente por Habermas, de que o ideal democrático genuíno é, no limite, o ideal do debate livre e da autêntica persuasão com

⁵ Cf. Hannah Arendt, *Between Past and Future*, Nova York, Viking Press, 1968, e especialmente *The Human Condition*, Chicago, The University of Chicago Press, 1958.

base na pura força dos argumentos, numa forma de interação cujo único desfecho legítimo seria o acordo unânime. Assim, em contraste com a posição usual em certa literatura de filosofia política, na qual a unanimidade é situada no mesmo nível da regra da maioria como apenas uma concepção entre outras de democracia⁶, o *princípio* estaria inequivocamente dado pelo assentimento livre e unânime – e somente a impossibilidade prática de aderir estritamente a tal princípio justificaria a busca de formas operacionais de traduzi-lo mais expeditamente nas deliberações da vida real. Duas dessas formas são a regra da maioria (na qual como que se pretende, do ponto de vista do princípio, transformar a unanimidade em algo capaz de ocorrer em graus variáveis, buscando-se, por assim dizer, o desfecho de “maior unanimidade”) e a regra baseada na suposição de que se pode presumir que os melhores argumentos virão de pessoas dotadas de algum tipo especial de qualificação (a qual se aplica em todos os casos em que se trata de basear a autoridade na competência e que se realizaria, por exemplo, na clássica figura do rei-filósofo). Seja como for, é também bastante clara a maneira pela qual a intuição igualitária se opõe frontalmente à visão que se incorporou à análise política contemporânea ao ponto de se tornar provavelmente sua suposição mais trivial, a saber, a visão “realística” que ressalta o poder, a dominação, o conflito de interesses e a violência aberta ou latente como características cruciais da política. Além de figurar em qualquer manual de ciência política, tal visão se encontra formulada de maneira aguda em clássicos tais como Carl Schmitt, para quem, como é bem sabido, a questão de amigo e inimigo é a questão central da política, e a eventualidade da luta aberta é uma pressuposição sempre presente nela⁷.

Assim, coloca-se naturalmente o problema de conciliar a atraente intuição igualitária com a clara plausibilidade das concepções “realísticas”. E o grau em que tal conciliação se impõe pode ser melhor apreciado quando nos damos conta de que a própria Hannah Arendt, apesar de toda a ênfase na igualdade e na livre comunicação inerentes ao espaço da política, não consegue escapar a importantes contradições. Com efeito, a violência é vista por ela como característica das relações entre os seres humanos e a natureza (através das atividades do labor e do trabalho), enquanto a política,

⁶ Cf., por exemplo, James Fishkin, “More Democracy?”, *London Review of Books*, 17-30 de junho de 1982, p. 6.

⁷ Carl Schmitt, *Le Catégorie del “Politico”*, Bolonha, Il Mulino, 1972.

como o reino da comunicação entre iguais, teria na fala seu instrumento distintivo. Mas em seguida a política é descrita como correspondendo à esfera da *ação* (enquanto oposta ao labor e ao trabalho); e se essa expressão, por si mesma, carrega associações que não parecem afins à ideia da livre comunicação entre iguais, a própria Arendt é explícita em vincular a esfera da ação e da política não apenas com a comunicação praticada na ágora, mas também com os “grandes feitos” realizados – na guerra! E a educação *política* ateniense, somos informados por Arendt, inclui não apenas o treinamento na retórica ou arte da fala, mas também nas artes militares⁸. Sem esquecer, naturalmente, que as deliberações na própria ágora com frequência resultam (como no caso do ostracismo) em cortar a comunicação e recorrer à coerção entre os cidadãos.

Temos, assim, amigo e inimigo, fala e comunicação em contraste com violência potencial ou efetiva – ou, para formular a dicotomia básica em termos mais afinados com certas sugestões a serem feitas adiante, *solidariedade* em contraste com *interesses*. Essa dicotomia apresenta, claramente, importantes pontos de contato com problemas que tendem a emergir em conexão com temas aparentemente mais “fundamentais”, a saber, os que dizem respeito a abordagens contrastantes dos problemas próprios de uma teoria sociológica “geral”. Sem falar do estridente e difuso confronto que ocorre presentemente entre a abordagem da “escolha racional” e uma abordagem sociológica “convencional”, a antinomia em questão se acha nitidamente subjacente, por exemplo, ao ponto de partida dos esforços de Talcott Parsons, onde o utilitarismo (no sentido da axiomática de agentes calculadores em busca de seus interesses próprios) se opõe ao papel agregador ou coesivo dos valores. No campo marxista, ela se acha igualmente presente, mesmo se nem sempre reconhecida com clareza, na tensão ou dialética entre o particular e o universal a ser encontrada quer no processo de formação de classe (a transição da “classe em si”, marcada por interesses subjetivos divergentes, para a “classe para si”, supostamente capaz de ação coletiva), quer no problemático equilíbrio entre a ênfase analítica nos interesses e no conflito, por um lado, e a ênfase normativa na sociedade racional e harmoniosa a ser construída depois da revolução, por outro. De qualquer forma, alguns resultados concebíveis do jogo dos mecanismos envolvidos naquela antinomia são os seguintes:

⁸ Cf. *Human Condition*, pp. 25-7.

(1) A guerra, possivelmente a célebre guerra de todos contra todos.

(2) A sociedade “orgânica”, em que a solidariedade ou a coesão seria de algum modo imposta. O ideal político de Platão (pelo menos em leituras tais como a de Karl Popper) corresponderia a este caso⁹. Assim também a sociedade “cibernética” que é motivo das preocupações de Habermas em vários textos¹⁰, bem como a sociedade em que a *surveillance* e o controle administrativo fossem levados a formas extremas.

(3) Finalmente, uma terceira possibilidade é precisamente a “pura fala”, ou a problemática idealização da ágora ateniense destacada acima.

II. Mercado: de mito negativo a “utopia realista”

Há, contudo, uma importante alternativa a essas três concepções do resultado possível do jogo de interesses e solidariedade, a qual, ademais, redundaria em propiciar como que a *síntese* desses dois conceitos¹¹. Refiro-me à velha ideia do *mercado*, o qual, se é inequivocamente o lugar da busca generalizada de interesses, distingue-se, não obstante, pelo fato de que ela se dá aí em condições que pressupõem a operação subjacente de um princípio de solidariedade e a adesão a normas efetivas que a mitigam ou atenuam, assegurando que as interações e intercâmbios regidos pelos interesses possam prosseguir e durar sem degenerar em situação hobbesiana de fraude e eventualmente beligerância generalizadas. Tal equilíbrio ou síntese se acha certamente presente na visão weberiana do mercado: como se sabe, a categoria do mercado aparece, em Weber, como intermediária entre os conceitos de “sociedade” e “ação societária” (referidos ao ajustamento racionalmente motivado de interesses) e os de “comunidade” e

⁹ Karl Popper, *The Open Society and its Enemies*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1957 (3a. edição).

¹⁰ Veja-se, por exemplo, Jürgen Habermas, “Technology and Science as Ideology”, em J. Habermas, *Toward a Rational Society*, Londres, Heinemann, 1971.

¹¹ Note-se, quanto às três alternativas indicadas antes no texto, que, enquanto o caso no. 3 corresponde claramente ao predomínio da solidariedade e o caso no. 1 ao predomínio dos interesses, o caso no. 2 envolve uma espécie de falsa síntese, que seria obtida através de formas abertas ou sutis de coerção – com real predomínio, portanto, de *certos* interesses.

“ação comunitária” (referidos ao sentimento dos participantes de constituírem um todo)¹².

A perspectiva dada pela referência ao mercado se desdobra numa série de traços relevantes. Assim, trata-se aqui de uma condição por referência à qual:

(a) Estaríamos recuperando os ingredientes igualitários da noção de mercado em sua forma mais abstrata e “depurada”, ingredientes estes que Marx, por exemplo, destacou com vigor em passagens conhecidas¹³. Sem dúvida, toda uma série de associações às vezes intensamente negativas se ligam correntemente à noção de mercado, sobretudo devido a seu papel como categoria *econômica* crucial e ao fato de se ter situado, como consequência, no centro das mais ásperas disputas ideológicas de nosso tempo, tornando-se, em particular, o mito negativo por excelência do pensamento de esquerda. O que aqui se propõe, porém, é tomar a noção de mercado num sentido em que (1) ela destaca as ideias de contrato e de livre deliberação nas transações e se opõe a ideias tais como status e dominação, bem como à relevância social de quaisquer características adscritas com base nas quais as pessoas se distribuam em camadas estratificadas e que possam, assim, contribuir para embaraçar o livre intercâmbio; e (2) um mercado oligopolístico (ou, com mais razão, monopolístico) *não* é um mercado. Tomada neste sentido, que é naturalmente afim à ideia de um mercado de competição perfeita (onde, no limite, até mesmo a informação seria compartilhada de maneira igualitária), cabe sustentar que a noção de mercado é, na verdade, logicamente incompatível com a própria ideia de uma sociedade capitalista, pois sua realização obviamente exigiria garantias estruturais e institucionais para que pudesse preservar sua característica igualitária, incluindo a eliminação das classes sociais como quer que se definam. Também se segue que, contrariamente à suposição usual da existência de fatal oposição entre o estado (a burocratização e a expansão institucional deste ou sua crescente complexidade organizacional), por um lado, e a operação do mercado, por outro (suposição que é certamente

justificada nos termos em que geralmente ocorre, com a simples contraposição entre decisão centralizada e dispersa), a burocratização e a expansão do estado, ao invés de serem por si mesmas obstáculos ao mercado, poderiam ser vistas antes como requisitos do pleno funcionamento dele – contanto, naturalmente, que os mecanismos e procedimentos que constituem a aparelhagem do estado assegurem, ao mesmo tempo, que tal aparelhagem seja ela própria completamente “porosa” e aberta.

Com base nos traços apontados, é possível destacar que o caráter contraditório classicamente associado ao capitalismo (quer as tensões correspondentes devam ser avaliadas, ao cabo, de maneira positiva ou negativa) pode ser visto em correspondência com o apego ao abstrato *princípio* igualitário do mercado em condições em que institucionalmente se aceita conviver com as desigualdades que resultem de sua operação concreta – monopólios e oligopólios de todo tipo e as amplas consequências estratificantes que tendem a decorrer da vigência irrestrita da propriedade privada¹⁴. Nessa ótica, o espaço que medeia entre o capitalismo (“selvagem”?), num extremo, e certo ideal não muito claro de socialismo, em outro, ao invés de apresentar-se como uma espécie de corte abrupto, surge como um espaço de muitas gradações, em que o esforço institucional – que passa sempre, de alguma forma, pelo âmbito do estado – atenua as desigualdades que tendem sempre a reafirmar-se. Mas o limite “socialista” legítimo que a perspectiva propiciada pelo modelo do mercado permite conceber não é aquela condição em que se atrofie de vez a iniciativa dispersa e autônoma dos membros da sociedade (eventualmente eliminando também, no caso extremo, toda e qualquer forma de propriedade privada), mas antes aquela em que um estado democraticamente controlado e necessariamente complexo trate determinadamente de restaurar, a cada momento, as condições propícias ao “pleno” funcionamento do mercado – tanto cerceando o controle de recursos de poder por parte de alguns quanto promovendo o acesso de outros a tais recursos. Naturalmente, um

¹² Veja-se, por exemplo, Max Weber, *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1964, pp. 33 a 35.

¹³ Veja-se, por exemplo, Jon Elster, *Making Sense of Marx* (Londres, Cambridge University Press, 1985), pp. 207 e 358, para a elaboração de aspectos relevantes com referência especialmente ao texto de Marx sobre “Resultados do Processo Imediato de Produção” (apêndice ao volume I do *Capital*).

¹⁴ É oportuno lembrar, a respeito, o papel que Fernand Braudel atribui à desigualdade e às hierarquias sociais como *condição*, na verdade, do desenvolvimento capitalista, bem como o que lhe parecia haver de lamentável na recusa, tanto no mundo capitalista quanto no socialista, em distinguir “capitalismo” e “economia de mercado” – distinção cuja necessidade Gorbachev reafirmou há poucos anos. Cf. Fernand Braudel, *A Dinâmica do Capitalismo*, Rio de Janeiro, Rocco, 1987, pp. 57 e seguintes e 92-3.

complicador importante dos problemas envolvidos diz respeito a considerações de *eficiência* na busca de objetivos eventualmente compartilhados, incluindo-se de maneira saliente os que têm a ver com produtividade econômica¹⁵.

(b) Seria possível e significativo falar de um “mercado político”, e não apenas no sentido metafórico em que essa expressão é às vezes usada para aludir ao que é frequentemente também chamado de “arena política”. Pois o que estaria em jogo no esforço de construir e manter uma sociedade que se aproximasse tanto quanto possível da condição distinguida pelos traços sugeridos seriam questões de muito maior alcance, naturalmente, do que as que dizem respeito ao que convencionalmente se designa como intercâmbio “econômico”. Essa proposição se liga com revisões imperiosas a serem feitas, acredito, em algumas das formas mais difundidas de entender e conceitualizar as relações entre diferentes “esferas” da realidade social (esferas econômica, política e “social”; “infra-estrutura” e “superestrutura”, etc.), e consequentemente também nas relações

¹⁵ Com respeito a considerações de eficiência, dois problemas, em particular, parecem impor-se. Em primeiro lugar, o que tem a ver com os diversos fatores que ligam a eficiência à *escala* em que se desenvolvem as operações, donde as melhores perspectivas de eficiência e êxito que se oferecem às grandes corporações, por contraste com a imagem de um mercado atomizado que provavelmente emerge das sugestões feitas no texto. Em vez do apego ao mercado atomizado, alternativa mais aceitável, quanto a este ponto, consiste em tratar de democratizar e assegurar sensibilidade social à atuação das próprias corporações como tal, na linha do que Robert Dahl vem sugerindo há tempos (por exemplo, em *After the Revolution: Authority in a Good Society*, New Haven, Yale University Press, 1970, e mais recentemente em *Um Prefácio à Democracia Econômica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990 [edição americana original de 1985]). O outro problema, não sem relação com o primeiro, se refere às tendências “corporativistas” que resultam dos esforços organizacionais de diferentes agentes (trabalhadores, empresários etc.), acarretando, na linguagem de Mancur Olson (*The Rise and Decline of Nations*, New Haven, Yale University Press, 1982), a implantação e a sedimentação de “coalizões distributivas” que podem ter impacto negativo do ponto de vista do dinamismo econômico geral (nacional). A ponderação importante aqui é a de que, como mostra a análise de Olson, as organizações de maior porte ou abrangência, por terem impacto maior e mais perceptível sobre a dinâmica geral, tendem a ser mais sensíveis ao interesse público ou geral correspondente a fazer crescer o bolo – o que também se oporia à fragmentação ou atomização excessiva. É importante considerar ainda que problemas de eficiência se articulam com problemas de igualdade mesmo no plano filosófico ou doutrinário: um incremento de desigualdade será talvez legítimo, como pretende John Rawls em *A Theory of Justice* (Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1971), se resultar em melhorar as condições dos *menos* favorecidos.

convencionalmente estabelecidas entre as várias ciências sociais. Sem entrar aqui na longa discussão que o tema comporta, destaco brevemente a ideia de que, assim como não há qualquer razão para restringir a noção de interesse a uma esfera “econômica” definida de maneira estreita (talvez em correspondência com valores ou objetivos “materiais”), tampouco há qualquer razão para restringir a noção de mercado, tomada como o *locus* do jogo de interesses, àquela esfera. Proponho, em vez disso, que a maneira mais frutífera de lidar com a noção de interesse envolve certa concepção em que ela se define genericamente pela busca do que Habermas chamou a “afirmação de si”. Assim entendida, a ideia de interesse se vincula, por meio de claras relações de implicação, com as noções de *estratégia* e *poder*, tomada esta última de maneira ampla e abstrata e totalmente independente do conteúdo específico dos fins que possam ser o objeto de conflito ou cooperação em uma ou outra área de interação ou circunstância concreta (fins religiosos, materiais ou “econômicos”, “político”-institucionais, de classe, raça, etnia, geração ou o que quer que seja). Em outras palavras: a política – entendida como jogo de interesses ou como o “espaço” das relações estratégicas e de poder – *não* tem conteúdo próprio e é socialmente ubíqua, penetrando as relações sociais de qualquer tipo e tendo a ver com a “base social” dos conflitos de qualquer natureza, ou dos focos potenciais ou efetivos de solidariedade e aglutinação passíveis de se envolverem em tais conflitos, da mesma forma em que tem a ver com a expressão organizacional dos conflitos e solidariedades no nível usualmente referido como “político” ou “político-institucional”¹⁶.

¹⁶ Essa concepção abstratamente “estratégica” dos interesses e a correspondente ampliação do alcance da noção de mercado (enquanto “espaço” geral do jogo estratégico ou de interesses) são naturalmente afins aos supostos gerais da abordagem que se vem tornando conhecida como a da “escolha racional” nas ciências sociais. Contudo, a perspectiva esboçada encontra lastro em autores e ideias que extravasam amplamente os confins daquela abordagem. Deixo de lado a velha conexão entre o mercado “convencional” (econômico), o individualismo ou a negação dos fatores de rigidez e adscrição e a livre busca de interesses de qualquer tipo, conexão esta a ser encontrada no trabalho de toda uma série interminável de autores. Mais diretamente relevante é o fato de que a definição abstrata dos interesses como o “distinguir-se” (Pizzorno) ou a busca da “afirmação de si” (Habermas), independentemente da área de interação ou do conteúdo concreto dela, se encontra em autores que, como ilustrado pelos nomes mencionados, têm com frequência até mesmo *hostilizado* abertamente a abordagem da escolha racional – apesar das confusões em que se têm envolvido a respeito. Para formulações em que se elaboram as concepções citadas, veja-se, por exemplo, Jürgen Habermas, *Théorie et Pratique*, Paris, Payot, 1975, vol. II, pp. 104-

(c) Seria possível sustentar que a dialética entre solidariedade e interesses se veria levada, por assim dizer, a seus limites lógicos. Como propus anos atrás a partir de ideias tomadas de um artigo de Alessandro Pizzorno, a noção de interesse, no sentido da palavra que aqui se procura precisar, termina por identificar-se com a ideia de fim ou objetivo *próprio* – “próprio” referindo-se seja a atores individuais ou coletivos e correspondendo à “afirmação de si” recém-mencionada, ou ao que Pizzorno designou com antecedência como o “distinguir-se”. Em contraste, “solidariedade” significa o *compartilhamento* de objetivos ou interesses, envolvendo o estabelecimento correspondente de “áreas de igualdade”¹⁷. Sem dúvida, um problema de crucial importância se acha envolvido no maior ou menor âmbito ou alcance desse compartilhamento, problema este que, visto de outro ângulo, redundaria na da definição dos próprios *atores* relevantes como sendo indivíduos ou coletividades de caráter mais ou menos abrangente (ou, naturalmente, ambos). Surgem aqui muitas indagações complicadas. Mas a ideia central que importa ressaltar é a de que a concepção do mercado político tal como proposta implicaria, para sua plena realização, que a dialética entre a emergência e a definição dos interesses e a correspondente constituição de focos de solidariedade (de identidades *coletivas* de diferentes tipos, com sua complexa ligação com as identidades *individuais*) se resolveria, no limite, naquela condição em que teríamos a maior expansão possível de uma forma básica de solidariedade e de seus correspondentes critérios de igualdade, de maneira tal que o jogo dos interesses pudesse aproximar-se em grau máximo – através da negação mais cabal possível de solidariedades *internas* em competição – do extremo em que teríamos a competição entre objetivos ou interesses estritamente individuais. Nessa condição, os interesses ou objetivos *coletivos* relevantes diriam respeito apenas a grupos *voluntários* (ou coalizões ou ligações de qualquer tipo igualmente voluntárias), de natureza ao menos potencialmente instável e cambiante de acordo com o arbítrio exercido pelos indivíduos

5; e Alessandro Pizzorno, “Introduzione allo Studio della Partecipazione Politica”, *Quaderni di Sociologia*, vol. 15, no. 3-4, julho-dezembro de 1966, 235-288.

¹⁷ Fábio W. Reis, “Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político”, neste volume. O artigo de Pizzorno é o citado na nota anterior, onde se examina a dialética entre “sistemas de interesses” e “sistemas de solidariedade”. Discussão mais detida dessa dialética, incluindo certas críticas a Pizzorno, se encontra também em meu *Política e Racionalidade: Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia Crítica da Política*, Belo Horizonte, Edições RBEP, 1984.

quanto a seguir ou não identificando-se com eles e participando deles (fazendo deles um objeto de solidariedade) em função de seus objetivos livremente escolhidos em múltiplas áreas de atividade e interação.

Tais proposições talvez suscitem reservas ao parecerem opor-se a certa maneira de entender um ideal pluralista em que se valorizaria a presença de *identidades* coletivas estáveis, como tal, na arena política. O que aqui se sugere, porém, pode tornar-se mais claro se se toma o exemplo das relações inter-raciais. Naturalmente, diante de uma situação em que se tenha, digamos, a opressão de negros por brancos, não se pode senão avaliar positivamente o fato de que os negros, afirmando-se como tal, mobilizando-se e organizando-se, venham a se tornar capazes de coexistir *como negros* em bases igualitárias com o grupo racial branco. Mas não parece caber dúvida de que o que se deveria esperar da atuação plena de um princípio pluralista, se entendido como expressão dos ideais mais fundamentais de liberdade e democracia, *não* é uma espécie de confrontação de “potências” coletivas construídas em torno de critérios adscritivos tais como raça (uma sociedade segregada pode ser a melhor maneira de realizar essa meta, tal como se dá na atualidade no plano das relações entre estados nacionais); o que caberia esperar é antes a *eliminação* da relevância de todo e qualquer critério desse tipo enquanto fator capaz de condicionar seja lá como for o intercurso social. Em outras palavras: os vínculos entre a identidade individual e as identidades sociais de qualquer natureza, com seu inevitável apelo a algum elemento de adscrição (que naturalmente se encontra também presente, talvez em grau diferente, no caso de identidades resultantes da divisão do trabalho social), são um *obstáculo* à sociedade plenamente aberta e democrática – exceto na medida em que a referência a eles venha a representar um passo necessário no *processo* de buscar a eventual eliminação final de sua relevância social (especialmente em sua ligação com relações de domínio e subordinação) e a mais ampla afirmação possível das escolhas, em última análise, individuais. Sem falar da luta de classes concebida como forma de superar a própria divisão da sociedade em classes, a ressalva que admite a referência a identidades coletivas se aplica também, naturalmente, aos casos em que identidades coletivas *já efetivamente existentes* e psicológica ou ideologicamente importantes para aqueles que delas participam ganham, por exemplo, reconhecimento e representação (em termos “consociacionais”, proporcionais etc.) no âmbito das instituições políticas de determinada sociedade. Note-se, contudo, que

tais procedimentos visam justamente a criar condições para que, através da “segmentação” político-social dos focos parciais de solidariedade e identidade coletiva¹⁸, as questões de identidade e sua tendência a desdobrar-se em disposições aguerridas e pouco propensas à conciliação venham a perder saliência e relevância – e o processo político possa, em consequência, *desideologizar-se*, viabilizando-se os mecanismos de tolerância, negociação e barganha pragmática nas relações entre os próprios grupos solidários ou identidades coletivas existentes. De qualquer modo, porém, bem ponderado o ideal pluralista, vê-se que ele contempla, no limite, a participação diversificada e naturalmente voluntária em grupos múltiplos e coalizões mutáveis, nas quais o indivíduo é a referência inevitável; ele tende, assim, sob pena de negar-se a si mesmo, para o “mercado político” cujos parâmetros mais gerais são certa solidariedade abrangente (e correspondentemente “morna”, sem dúvida, por contraste com o calor que envolve as identidades coletivas parciais em choque) e individualismo.

Vale talvez a pena indicar ainda certa ramificação especial da perspectiva proposta. Assim, cabe realçar o ponto de contato e convergência entre a concepção sociológica da condição estrutural e institucional descrita, por um lado (que é claramente afim, percebe-se, ao ideal da “sociedade aberta” de Karl Popper, para tomar intencionalmente a utopia de alguém que se dedicou encarniçadamente a negar sentido à história¹⁹), e, por outro lado, a concepção de “indivíduoação” tal como figura seja nos trabalhos de Habermas (onde expressa a emancipação e a autonomia *individuais* em condições em que a sociabilidade e a

¹⁸ Refinada aplicação da ideia de “segmentação”, nesse sentido, aos sistemas partidários pode ser encontrada em Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems*, vol. I, Londres, Cambridge University Press, 1976.

¹⁹ Veja-se “Mudança, Racionalidade e Política”, neste volume, para a discussão das inconsistências historicistas ou milenaristas de Popper com referência especialmente a *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* (bem como para a tese de certas convergências básicas com Habermas relativamente a aspectos que se mencionam logo em seguida no texto). O que têm de revelador tais inconsistências por parte do grande defensor da tese da falta de sentido da história é especialmente relevante diante da tendência (que se manifestou no debate realizado no CEBRAP e divulgado no mesmo número de *Novos Estudos* em que foi inicialmente publicado este trabalho) à denúncia de toda e qualquer utopia ou escatologia como levando ao totalitarismo: não há como escapar quando nada à utopia da sociedade aberta, e a própria denúncia do perigo totalitário já a implica diretamente.

comunicação não são bloqueadas ou distorcidas, mas favorecidas), seja nos trabalhos de outros autores que se têm ocupado do desenvolvimento intelectual e moral, como Piaget e Kohlberg, dos quais na verdade Habermas se tem valido²⁰. Ou seria possível tomar o Marx da *Ideologia Alemã*, onde uma utopia a um tempo solidária e individualista surge com clareza, particularmente na passagem bem conhecida em que a sociedade comunista é vividamente descrita como permitindo aos indivíduos fazer o que quer que lhes apeteça e expressar sua individualidade de maneira até mesmo caprichosa, sem que qualquer elemento não-voluntário (qualquer elemento *adscritício*, para insistir com essa categoria que se mostra especialmente sugestiva por contraste com a ideia de um mercado em operação) venha jamais a restringir suas escolhas²¹. Note-se que a condição assim descrita resulta em lançar inequivocamente sobre os ombros dos indivíduos como tal a decisão sobre o que fazer de si mesmos – vale dizer, a responsabilidade, em última análise, de definir sua própria identidade básica. Pois, dado que a decisão sobre o que devem *fazer* quando melhor lhes apraz não está submetida a qualquer constrição social relativamente ao que *são* ou virão a ser, eles não podem senão tornar-se “os autores de si mesmos”, para usar expressão do gosto de Hannah Arendt. Deparamo-nos, assim, com a expansão da esfera da livre deliberação e da vontade para o próprio plano da definição da identidade pessoal, o que encerra, naturalmente, importante intuição a se ter em mente num contexto em que a autonomia é uma preocupação crucial²². Cabe acrescentar que essa condição dificilmente poderia ser concebida como envolvendo a mera “administração das coisas”, na expressão tomada por Engels de Saint-Simon. Nela, ao contrário, a política se encontra inevitavelmente presente e

²⁰ Veja-se, por exemplo, Jurgen Habermas, *Communication and the Evolution of Society*, Boston, Beacon Press, 1979. Certas conexões especiais entre as ideias de Habermas e Piaget a esse respeito são discutidas em meu *Política e Racionalidade*.

²¹ Na medida em que remete ao fator de adscrição e dominação que se dá com a divisão social do trabalho e a correspondente necessidade de exercício estável de uma profissão, vale a pena ponderar, nessa perspectiva, a reformulação do ideal socialista em termos de “tempo livre” que Adam Przeworski propôs há algum tempo em “Material Interests, Class Compromise, and the Transition to Socialism”, *Politics and Society*, vol. 10, no. 1, 1980.

²² “Penso que a ideia subjacente à noção kantiana de liberdade é a de que o homem deveria, de alguma forma, ser capaz de *escolher-se a si mesmo*; ser livre não somente no sentido fraco de agir de acordo com preferências consistentes, de qualquer nível, mas também no sentido mais forte de ter escolhido essas preferências.” Cf. Jon Elster, *Logic and Society*, Nova York, Wiley, 1978, p. 162.

viva no convívio efervescente e sempre tenso e problemático de múltiplos agentes autônomos.

Assim, de um ponto de vista teórico ou “substantivo” (por oposição a metodológico ou epistemológico), proponho que a ideia de um “mercado político” propicia uma “solução” abstrata para o problema da direção da mudança que se mostra adequada por várias razões:

1. Ela remete diretamente ao problema das relações entre interesses e solidariedade, com respeito ao qual parece razoável esperar concordância em que se trata do fundamental problema analítico da ciência política (ou talvez, na verdade, das ciências sociais).

2. Tal problema é apreendido, por meio dela, de maneira a assegurar a convergência entre duas perspectivas de análise política que não apenas se mostram ambas plausíveis e atraentes de diferentes pontos de vista, mas parecem também, à primeira vista, irreconciliavelmente opostas uma à outra.

3. A síntese nela obtida das noções de interesses e solidariedade, se é, por um lado, analiticamente convincente, ao mesmo tempo apreende certos impreteríveis elementos *normativos* da grande e multifária tradição de pensamento de que a “democracia” veio a ser o fruto principal, embora polêmico – e, simetricamente a algo sugerido acima, a concepção do mercado político pode pretender ser, ao cabo, não apenas um instrumento analítico (no sentido de um padrão ou “tipo ideal”), mas também o modelo de uma sociedade democrática quando se aprofunda devidamente o exame dos requisitos desta.

4. Finalmente, a recuperação dessa dimensão normativa é obtida de forma a evitar a eliminação utópica da política quer numa sociedade supostamente “orgânica” (que não poderia resultar senão em totalitarismo), quer numa idílica sociedade de puros falantes cujos membros não poderiam, a rigor, envolver-se em qualquer forma de *ação* efetiva se não se dispusessem a trair os padrões de sua coletividade. Preserva-se, assim, mesmo no âmbito dessa recuperação do elemento normativo, o que cabe também ver como um componente de “realismo”.

III. Automatismos do mercado, intencionalidade e estado

Independentemente da adesão que possa merecer o modelo do mercado quer como padrão normativo de democracia ou como “tipo ideal” analítico, os problemas relacionados com a temática do mercado apresentam alguns desdobramentos nos debates correntes das ciências sociais que remetem, de maneira grandemente relevante para as questões que nos importam, às relações entre o plano intencional ou voluntário do comportamento humano, por um lado, e as determinações que operam sobre ele, por outro. Apesar de ser evidentemente impróprio pretender tratar aqui de certas complicações especiais que tais desdobramentos apresentam no plano epistemológico²¹, os aspectos mais diretamente relevantes podem ser introduzidas de forma simples e proveitosa por meio da referência a uma observação de Robert Nozick em volume de alguns anos atrás. Nozick assinala a possibilidade (que creio poder descrever-se antes como tendência) de que os estudiosos dos processos sociais oscilem de maneira perversa entre dois modelos fundamentais de explicação. Sempre que a observação daqueles processos sugere à primeira vista a ocorrência de mecanismos de “mão invisível”, onde fatores de causalidade “objetiva” de algum tipo levariam à obtenção de resultados não buscados intencionalmente pelos agentes, a explicação adequada surgiria como consistindo em apontar a atuação, “na verdade”, de uma “mão oculta”, com os desígnios voluntários de algum agente (tipicamente sinistro ou conspiratório, talvez) revelando-se os responsáveis reais pelos eventos observados. Contudo, sempre que os mecanismos aparentes sugerem a importância da atuação voluntária ou intencional deste ou daquele agente (o herói, talvez o estadista), a explicação “verdadeira” consistiria em apontar os fatores “objetivos” cuja operação daria conta causalmente dos eventos²².

A abordagem que vem sendo designada como a da “escolha racional” nas ciências sociais contemporâneas representa a forma mais importante recentemente assumida pela ênfase nos aspectos intencionais ou voluntários do comportamento para se chegar à explicação dos fenômenos sociais. O modelo básico aí adotado é inequivocamente o modelo próprio da economia neoclássica ou da microeconomia, envolvendo a suposição de atores

²³ Veja-se meu *Política e Racionalidade* para a discussão detida de tais complicações.

²⁴ Robert Nozick, *Anarchy, State, and Utopia*, Nova York, Basic Books, 1974, pp. 19-20.

caracterizados não apenas por intencionalidade, mas mesmo pela busca *racional* de seus interesses ou objetivos através do uso tendencialmente eficaz dos recursos de que dispõem. Contudo, o acerto da observação de Nozick sobre a oscilação entre os dois paradigmas se corrobora com a literatura da escolha racional pelo fato de que o elemento de intencionalidade é nela tipicamente concebido como operando de tal maneira que não pode senão resultar em... causalidade cega.

Com efeito, é precisamente o *mercado* a categoria que melhor se ajusta à operação do tipo de intencionalidade caracteristicamente contemplado pela teoria da escolha racional – que busca os “fundamentos micro dos fenômenos macro” nas ações intencionais dispersas dos indivíduos. Ora, o mercado é também a categoria que descreve o lugar por excelência da atuação dos mecanismos de “mão invisível”, produzindo, através dos efeitos de “agregação” e “composição” daquelas ações dispersas, a forma de *causalidade* especificamente sociológica que Elster caracterizou como “supra-intencional” (por contraste com o nível propriamente intencional e com a causalidade “subintencional” correspondente a fenômenos físicos, químicos, orgânicos etc.)²⁵. Um aspecto a ser realçado é o de que os interesses (preferências, objetivos) que orientam as ações dos indivíduos são em geral tomados, na perspectiva da escolha racional, como algo *dado* e como definidos, de maneira não problemática, pela situação ou o contexto em que os agentes se encontram. Este aspecto se desdobra, assim, no fato de que tais interesses ou preferências estão necessariamente marcados por certa miopia, não se contemplando, tipicamente, a possibilidade de uma postura *reflexiva* capaz de tematizar e questionar (e eventualmente buscar transformar) o contexto mesmo em que os agentes se inserem, e conseqüentemente de questionar e redefinir as próprias preferências. Na verdade, talvez a principal contribuição trazida pela literatura em questão para os debates sociocientíficos contemporâneos consista precisamente no vigor com que adverte para o caráter problemático da passagem do nível dos agentes dispersos (no limite, os indivíduos) para o nível agregado com respeito ao qual cabe falar de interesse coletivo ou público – nível este onde se dão

²⁵ Uma interessante elaboração pode encontrar-se em Jon Elster, “Causality and Intentionality: Three Models of Man”, apêndice 2 ao capítulo 5 de Elster, *Logic and Society*, op. cit. Veja-se também Jon Elster, *Explaining Technical Change*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, parte I, “Modes of Scientific Explanation”.

aspectos que tendem a surgir como “paramétricos” (ou como contexto) para qualquer agente tomado isoladamente²⁴.

Tais observações suscitam a questão, tocada anteriormente, de como o desiderato de deliberação e intencionalidade no plano coletivo – eventualmente de *racionalidade* coletiva – virá a articular-se com os automatismos do mercado, questão esta que ganha matizes especiais se a condição correspondente à autonomia e à dispersão características das decisões próprias do mercado, que redundam em tais automatismos, é erigida na própria meta a ser realizada. O elemento de deliberação e intencionalidade coletiva corresponde, naturalmente, antes de mais nada ao plano do estado e da aparelhagem institucional por meio da qual ele, de alguma forma, regula a dinâmica “mercantil” de decisões e ações dispersas da sociedade. De outro lado, essa ideia de regulação pelo estado ressalta, por si mesma, o fato de que a dinâmica de decisões dispersas de agentes autônomos, se constitui ela própria um desiderato por esse crucial aspecto de autonomia e abertura, não contém nenhuma garantia intrínseca de que virá a operar de maneira a realizar seja o que for que se queira ver como uma condição socialmente desejável. Com efeito, a dinâmica espontânea do mercado pode assumir tanto a forma do “círculo virtuoso”, em que a clássica “mão invisível” atua supostamente em proveito do bem-estar coletivo através e apesar dos desígnios estreitos dos agentes dispersos, quanto a forma do “círculo vicioso”, em que a resultante composta ou agregada da dinâmica espontânea é antes a negação do interesse coletivo, ou mesmo o desastre geral. Além disso, um aspecto específico de grande importância diz respeito ao caráter propriamente contraditório da dinâmica do mercado que se salientou antes: deixado a si mesmo (isto é, na ausência de enquadramento institucional adequado e adequadamente ativo e interventor), ele tenderá diretamente a *negar-se*, pois os interesses que logrem precocemente afirmar-se e predominar tenderão ao estabelecimento de monopólios ou oligopólios – isto é, a instaurar um componente de poder que contraria diretamente o princípio igualitário do mercado.

²⁶ A referência indispensável é Mancur Olson, *The Logic of Collective Action*, Nova York, Schocken Books, 1965. Uma discussão da distinção entre racionalidade paramétrica e estratégica pode ser encontrada em Jon Elster, *Ulysses and the Sirens*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979, capítulo I.

Há, assim, mesmo em nome de um ideal passível de ser formulado em termos de mercado, uma inevitável tarefa de *construção institucional* a ser executada. E se tal tarefa encerra uma complicada tensão ao nível dos objetivos envolvidos, sua execução, mesmo na hipótese de que se superem as ambiguidades quanto aos objetivos, é fatalmente muito difícil e problemática, pois o empenho de construção institucional visará sempre à implantação de regras e mecanismos aos quais a atuação dispersa dos agentes socioeconômicos e o funcionamento espontâneo do mercado são por definição adversos, e o esforço correspondente terá de conter em importante medida o elemento de reflexividade antes mencionado. Os dilemas com que se defronta a abordagem da *rational choice*, cuja característica ênfase na ideia de racionalidade pareceria afim a esse elemento de esforço voluntário e reflexivo, se tornam patentes. E convém ressaltar, dada a maneira pela qual a tendência perversa de oscilação entre “mão invisível” e “mão oculta” apontada por Nozick se manifesta na forma convencionalmente assumida pela abordagem da escolha racional, uma ponderação da maior importância: ao contrário da crítica usualmente dirigida àquela abordagem (crítica esta na qual se afirma a necessidade de abrir espaço para a consideração do papel de fatores irracionais na explicação do comportamento), aqui se trataria antes de demandar que a adesão à noção de racionalidade como noção fundamental seja consistentemente levada, de certa maneira, a suas últimas consequências. Como é bem claro, a capacidade de adoção de uma postura reflexiva envolve *mais* racionalidade, uma racionalidade superior ou de segundo grau capaz de questionar em seu imediatismo e urgência as motivações ou preferências “contextualizadas” e de orientar-se para um futuro mais longínquo, com a consequente consideração de interesses ou objetivos de longo prazo e o processamento de informações mais numerosas e complexas. E o que se sugere é que as capacidades e disposições correspondentes devem existir em medida adequada em dada sociedade (pelo menos em certos interstícios, planos ou atores cruciais dela) para que o esforço de construção (ou reconstrução) institucional possa pretender levar-se a cabo com alguma perspectiva de êxito.

A relevância de tudo isso do ponto de vista dos problemas defrontados em processos de transição como os que temos atualmente na América Latina e no Leste europeu, com o elemento de deliberação e intencionalidade presente neles, pode ser apreciada com recurso a alguns

trabalhos de Adam Przeworski²⁵. Przeworski se ocupa das condições para o estabelecimento de “pactos sociais” bem-sucedidos, destacando-se em especial, nas análises que aqui tenho em mente, o contraste entre pactos do tipo dos que prevalecem nos países europeu-ocidentais de estrutura “neocorporativa”, por um lado, e, por outro, pactos “constitucionais” do tipo dos que supostamente seriam necessários para a criação e viabilização de democracias estáveis em diversos países da América Latina atual. Os primeiros se referem a acordos de política econômico-social entre associações empresariais, sindicatos de trabalhadores e o estado, *supondo* a existência de um quadro institucional estável em função do qual se dão as instrumentalidades e o clima de confiança recíproca que possibilitam a eficácia dos acordos. Já os últimos dizem respeito a acordos sobre a própria aparelhagem institucional básica, em circunstâncias em que a falta de confiança recíproca é precisamente um dos importantes elementos a caracterizarem a situação geral – que em muitos casos se vê agravada ainda por um quadro de profunda crise econômica. Não obstante, Przeworski, apegado às pressuposições da abordagem da escolha racional e ao privilégio por ela tipicamente concedido ao plano “micro” das escolhas realizadas pelos agentes dispersos, é levado a procurar fundar o próprio pacto constitucional em mecanismos característicos do mercado, por ele denominados mecanismos “auto-impositivos” (*self-enforcing*), os quais supõem o ajustamento *espontâneo* dos agentes entre si na busca mais ou menos míope ou imediatista de seus interesses. Na verdade, Przeworski chega mesmo a *definir* um pacto constitucional autêntico como aquele que se funda em tais mecanismos espontâneos e que pode assim prescindir não só de qualquer barganha ou negociação explícita, mas também do recurso à

²⁵ Estarei me referindo especialmente a Adam Przeworski, “Capitalismo, Democracia, Pactos”, em J. A. G. Albuquerque e E. R. Durham (organizadores), *A Transição Política: Necessidades e Limites da Negociação*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1987; “Capitalism, Democracy, Pacts: Revisited”, University of Chicago, 1988, manuscrito; e “Micro-foundations of Pacts in Latin America”, University of Chicago, 1987, manuscrito. Este último é um texto provisório, que não chegou, que eu saiba, a ser publicado. O autor concluiu posteriormente, porém, a preparação de um volume dirigido precisamente às transições na América Latina e no Leste europeu no qual o mesmo esquema analítico básico aí proposto é retomado: veja-se Adam Przeworski, *Political and Economic Reforms: Democracy and Market in Eastern Europe and Latin America*, manuscrito, Universidade de Chicago, outubro de 1990, especialmente capítulo I, “Democracy” (publicado em seguida como *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*, Nova York, Cambridge University Press, 1991).

eventual intervenção coordenadora do estado. Não apenas o estado é visto como deficiente enquanto instrumento de coordenação coercitiva, precisamente em decorrência da fragilidade institucional que concorre para configurar a situação; faz-se igualmente presente nas análises de Przeworski um elemento *doutrinário* que se expressa na noção de que “a quintessência da democracia é que não há ninguém para impô-la” (*to enforce it*). A isso se liga a ideia de que um pacto institucional ou constitucional não pode ser uma “barganha” (que exigiria uma força exógena – o estado – para respaldá-la), mas deve ser uma “solução auto-impositiva”, em que “cada ator faz o que é melhor para si dado o que os outros fazem”²⁶.

Esse elemento doutrinário do pensamento de Przeworski é nitidamente convergente com a conexão normativa antes estabelecida entre o ideal democrático e a autonomia dos agentes dispersos no mercado. Contudo, é bem claro que a ênfase de Przeworski nesse aspecto acaba por confundi-lo no que concerne a outra conexão, ou seja, a que aqui se procura ressaltar entre os fatores institucionais (ou o próprio estado) e a ideia mesma de mercado. O resultado é que Przeworski se mostre oscilante – e, ao cabo, inconsistente – no que diz respeito a alguns pontos cruciais da problemática em questão. Assim, note-se como a noção de democracia indicada no parágrafo anterior, pretendendo aplicar-se a processos (latino-americanos) de transformação sócio-política bem concretos e cercados de restrições e constringências de todo tipo, revela-se uma concepção idealizada e radical de democracia que está longe de articular-se adequadamente com o patente realismo das análises de problemas intimamente relacionados que faz o mesmo Przeworski em outros textos. É conhecido, por exemplo, que Przeworski tem sido o paladino, na companhia de autores como Claus Offe e Volker Ronge, de uma visão fortemente “realista” da natureza do compromisso democrático no âmbito do capitalismo, onde a democracia aparece como forma de organização política que encerra inevitável viés em favor do capital, dada a dependência estrutural do estado e da sociedade capitalistas perante o capital que seria característica do sistema capitalista²⁷. Uma consequência ou aspecto crucial desse compromisso é a de que os

conflitos sociais são mitigados, de tal maneira que os trabalhadores aceitam a propriedade privada e o controle dos investimentos por parte dos capitalistas e estes aceitam a democracia e as consequentes políticas sociais do estado em favor dos trabalhadores. Portanto, o pacto democrático inclui de forma importante a criação de um elemento de *certeza* para compensar pelas incertezas inerentes à interação sócio-política cotidiana. Mas nos textos examinados no parágrafo anterior, ao revés, Przeworski associa com a visão radical do pacto “fundacional” ou constitucional justamente os traços de conflito e incerteza que ele sustenta alhures serem inerentes à democracia, denunciando, por contraste, a busca do “consenso democrático” como reveladora de um “legado intelectual não-democrático” que seria ele próprio característico, em alguma medida, da América Latina²⁸.

Se voltamos à questão de diferentes tipos de pactos e sua viabilidade em contextos como o brasileiro e latino-americano (ou o europeu-oriental), a indagação decisiva é a de que, se se exclui a ação coordenadora do estado em proveito do ajustamento recíproco espontâneo, resta saber como se estabelecerá espontaneamente o círculo virtuoso da disposição consequente ao compromisso em substituição ao círculo vicioso de instabilidade de nosso problema constitucional não-resolvido, no qual se têm alternado o autoritarismo militarista e o populismo “fisiológico”. Ainda que se trate de um estado marcado por deficiências importantes, cuja reconstrução é parte central do problema geral (entre outras razões por ser ele um instrumento crucial ou mesmo o “sujeito” do autoritarismo que se trata de evitar), não há

²⁶ Cf. “Micro-foundations”, p. 8; também *Political and Economic Reforms*, pp. 11-12.

²⁷ Adam Przeworski, *Capitalism and Social Democracy*, Nova York, Cambridge University Press, 1985; Claus Offe e Volker Ronge, “Teses sobre a Fundamentação do Conceito de ‘Estado Capitalista’ e sobre a Pesquisa Política de Orientação Materialista”, em Claus Offe, *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

³⁰ Cf. “Micro-foundations”, p. 8. A concepção da democracia como incerteza aparece no conhecido artigo publicado em português sob o título “Ama a Incerteza e Serás Democrático”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 9, julho de 1984. Um aspecto intimamente relacionado é o da maneira em que Przeworski se situa perante a questão da “autonomia do estado”. Em artigo em que colabora com Michael Wallerstein (“Popular Sovereignty, State Autonomy, and Private Property”, *Archives Européennes de Sociologie*, vol. XXIII, no. 2, 1986), defende-se a posição de que o estado não deve ser autônomo, pois a autonomia do estado se opõe à “soberania popular”. Contudo, é bem claro que a criação democrática de incerteza envolve justamente a busca de assegurar *algum* grau de autonomia para o estado, que não poderá ser o mero “comitê executivo da burguesia” ou algo semelhante; por seu turno, o compromisso democrático tal como descrito, ao assegurar certo espaço de incerteza, também *restringe* esse espaço de maneira que pouco tem a ver com a ideia de soberania popular, ao ligar-se com a dependência perante o capital. Discussão mais minuciosa pode ser encontrada em “Racionalidade, ‘Sociologia’ e a Consolidação da Democracia”, neste volume.

como deixar de reconhecer, como se indicou antes, que esse círculo vicioso é, naturalmente, também ele espontâneo e auto-impositivo. É patente, além disso, a inconsistência de se reconhecer a necessidade de instituições efetivas para viabilizar os meros pactos socioeconômicos do neocorporativismo e ao mesmo tempo se pretender que os pactos constitucionais destinados a implantar ou reformular as próprias instituições não só poderão, como na verdade *deverão*, para serem pactos constitucionais autênticos, prescindir de instâncias coordenadoras e fundar-se no ajustamento espontâneo de interesses míopes. Pois, obviamente, nos pactos constitucionais se faria necessária em muito maior grau a capacidade de racionalidade e reflexividade anteriormente destacada, de forma a se tornar possível a avaliação sofisticada de articulações e mediações complexas entre interesses tópicos e abrangentes, individuais e coletivos, de curto prazo e de longo prazo. Supor que tal racionalidade possa exercer-se de maneira efetiva através de mecanismos dispersos de “mão invisível” equivaleria a negar, simplesmente, a existência de qualquer problema a exigir solução.

Há ainda, porém, um crucial meandro do problema a ser considerado e destacado com força: o reconhecimento do papel de uma intencionalidade reflexiva ou de uma racionalidade “de segundo grau” não significa o elogio de um voluntarismo ideológico ou de certo moralismo que costuma dominar as discussões dos problemas aqui tratados, talvez especialmente as discussões dos analistas e cientistas sociais brasileiros. Pois essa racionalidade, se pretende atuar como tal e vir a ser real fator de construção ou reconstrução institucional, não pode perder de vista as condições *dadas* da realidade: se há condições a serem atendidas no esforço de realizar qualquer objetivo em determinada sociedade, tais condições são antes de mais nada aquelas que efetivamente caracterizam, nas diversas esferas (social, econômica, política e mesmo moral), a sociedade em questão. Naturalmente, a ironia consiste em que, quando assim se atenta para as condições dadas, o que se vê é antes de tudo o jogo imediatista ou míope dos interesses que tanto destaque recebe de Adam Przeworski – e este é, decerto, o importante resíduo com respeito ao qual Przeworski tem razão. O círculo analítico que assim se fecha leva a que se reconheça que a construção institucional bem-sucedida não será aquela que tenha como condição de êxito a de que os agentes socioeconômicos e políticos venham a atuar movidos por motivos altruístas, cívicos ou éticos, mas antes aquela

que se baseie pragmaticamente na suposição realística de que tais agentes tenderão a atuar movidos pela consideração mais ou menos estreita de seus interesses. Reitera-se, portanto, já agora num plano preocupado com eficácia e com a apreensão dos aspectos relevantes da realidade imediata (e não mais no plano da elaboração de modelos “alternativos” ou antecipados, tomados quer como padrões normativos ou “tipos ideais” analíticos), a importância da ideia de um mercado em operação.

Temos assim, em conclusão, uma peculiar articulação de certas ideias. De um lado, a vigência adequada de instituições e normas é vista como condição indispensável do bom funcionamento do mercado, e o empenho de instaurar apropriadamente o mercado (se se quiser, de instaurar o mercado “livre” e “virtuoso”) não pode prescindir da ação dirigida à construção ou reconstrução institucional – a qual supõe ela própria (de maneira razoável, já que não se trata, afinal, do “estado de natureza”) a existência de agências institucionais e estatais em princípio capazes de reflexividade e abrangência em sua ação. De outro lado, a eficácia dessa ação, e portanto, em última análise, a efetiva implantação e consolidação das normas e instituições buscadas, não pode pretender resultar de algum esforço edificante de reforma moral ou ideológica por si mesma, mas será antes o resultado da atenção, por parte daquelas agências, para o imediatismo característico das percepções e expectativas que se criam em torno de interesses e objetivos a serem realizados e do processamento adequado delas – se se quiser, do processamento adequado dos aspectos “viciosos” sempre presentes na dinâmica do mercado ou nos efeitos agregados da complicada interação dos agentes sociais dispersos.

IV. Brasil e União Soviética: transições à democracia e ao mercado

Consideremos os problemas da atualidade brasileira na perspectiva sugerida pela discussão anterior. Sem pretender, naturalmente, que se possa alcançar com ela o diagnóstico cabal de nossas dificuldades, certos *insights* talvez valiosos se tornam possíveis.

O ponto de partida pode ser a observação de que, na esfera propriamente econômica da vida brasileira dos dias que correm, a manifestação mais ostensiva da face viciosa dos mecanismos de mercado se tem com a dinâmica resistente da inflação. É patente, nessa área, a tensão

entre o interesse de longo prazo da coletividade nacional como tal (preços estáveis) e o interesse imediato de cada agente isolado (maximizar ganhos ou evitar perdas nas circunstâncias dadas pelas expectativas sobre o que farão os demais agentes e pelo complicadíssimo problema de coordenação que resulta mesmo se supomos agentes sensíveis ao interesse coletivo, donde a consequência de que cada um adota formas de atuação que tendem a manter e agravar a inflação). Dados os termos do problema, torna-se claro que o mercado (do qual a psicologia coletiva ou a “cultura inflacionária” em que se dão as expectativas mencionadas é, naturalmente, parte integrante) não tem como passar por si mesmo do círculo vicioso da inflação crescente ao círculo virtuoso da inflação decrescente e da eventual estabilidade de preços – ou só poderia talvez fazê-lo a um custo inadmissível, que envolveria a passagem pelo inferno da hiperinflação desabrida e da crise total. A ação do estado é, portanto, indispensável e crucial.

Nessas condições, é instrutivo observar certa síndrome ligada à postura governamental diante da inflação que se mostra com clareza no governo Collor. Por certo, ocorrem medidas (algumas grandemente agressivas) que tratam de condicionar, de maneira conveniente ao propósito de combate à inflação, a estrutura *objetiva* de riscos e oportunidades com que se defrontam o cálculo e as expectativas dos agentes. Mas o interessante, tratando-se de fenômenos inequivocamente “econômicos” (e com os quais cumpriria lidar, portanto, à luz dos postulados realistas da ciência econômica), é que o esforço de realismo e a busca de manipulação “objetiva” dos fatores se combina com a propensão a certo moralismo, que se revela mesmo na postura dos economistas profissionais que ocupam cargos de importância no governo e se faz presente em doses maiores, provavelmente, à medida que os resultados das decisões administrativas “objetivas” se revelam insatisfatórios. As exortações de que os agentes econômicos “colaborem” com o plano de estabilização (talvez tomando suas decisões econômicas do dia-a-dia de maneira altruísta ou cívica); as denúncias da “cultura inflacionária”, a qual surge nitidamente como uma espécie de distorção moral quando avaliada à luz da curiosa declaração do presidente do Banco Central no sentido de que, a partir de certo ponto, a inflação persistente já não teria causas (econômicas? incluindo as expectativas do mercado?), pois todos os fatores relevantes estariam sob controle; há claramente no ar a suposição de que compete a todos uma

espécie de “conversão”, agora que um governo que se supõe singularmente legítimo e se declara seriamente empenhado em combater a inflação se acha a postos e desenvolve seus rituais bem-intencionados. E difunde-se tacitamente a ideia de que é razoável esperar, contrariamente ao realismo característico da análise econômica usual, que as pessoas *não* calculem em função da percepção da estrutura de riscos e oportunidades que se lhes apresenta.

Se assim se passam as coisas no que se refere a um fenômeno como a inflação, não admira que o moralismo e o apego a um modelo idealizado e equívoco de “política ideológica”, no qual se supõe que os agentes se orientariam nobremente por valores altruístas e solidários, se tornem a nota dominante dos debates relativos aos aspectos mais convencionalmente políticos dos problemas de nossa atualidade. Contudo, impõe-se reconhecer que a lógica envolvida em tais aspectos “políticos” de nossa crise é fundamentalmente a mesma que deparamos na área da inflação. Tomem-se alguns dos epítetos negativos que passaram a recheiar nosso vocabulário político: o “clientelismo”, o “corporativismo”, o “fisiologismo”... Aquilo a que todos aludem diz respeito, naturalmente, à mesma questão da problemática acomodação entre interesses mais ou menos imediatos de agentes múltiplos, de um lado, e, de outro, os interesses abrangentes e estáveis (os “valores”?) da coletividade – no limite, da coletividade nacional como tal. Pondere-se que os traços assinalados por tais epítetos são claramente afins ao “pragmatismo” que com muita frequência se descreve como característica positiva da dinâmica política dos países não apenas de maior desenvolvimento econômico capitalista, mas também de maior tradição liberal-democrática: quais as razões para que aquilo que se mostra como virtude nesses países deva transformar-se em defeito entre nós?

A resposta é que a contraposição nesses termos certamente não se justifica – e que o que faz a diferença decisiva está no enquadramento institucional do jogo de interesses. Daí a relevância do diagnóstico global do processo político brasileiro em termos da categoria difundida por Samuel Huntington tempos atrás: a noção de “pretorianismo”, que se refere justamente ao fato de que, na ausência de instituições que tenham vigência real e mereçam o nome, o processo político se transforma num jogo em tudo equivalente ao modelo do mercado vicioso, sem peias e... auto-

impositivo²⁹. No vale-tudo resultante, os militares, pelo fato simples de controlarem os instrumentos de coerção física, se tornam os árbitros decisivos (donde a designação de “pretorianismo”), e o processo político dança pesadamente no pantanal sem saída que assume num momento as feições do jogo “fisiológico” do populismo, em outro as do controle autoritário exercido diretamente pelos militares. Ora, assim como a exortação à “conversão” se mostra inócua e algo desfrutável no que se refere à inflação, aqui também a pregação edificante em prol dos valores e da “ideologia” (no sentido “nobre” da palavra) se mostra, no melhor dos casos, irrelevante. E as recomendações práticas que me parecem resultar da perspectiva proposta envolvem o questionamento frontal de diversos itens da mitologia política nacional (incluindo a questão do papel dos militares, o modelo de partido político a ser buscado, os preconceitos em torno da questão do “corporativismo”, os equívocos relacionados com a noção de cidadania na área da política social...), questionamento este ao qual me tenho dedicado em vários textos e que não retomarei aqui³⁰.

Destaco apenas um aspecto, por ter relevância mais direta do ponto de vista da questão das articulações complexas entre mercado e intencionalidade estatal e das várias maneiras em que a ideia do mercado se mostra importante. Considere-se a grande desigualdade que caracteriza a estrutura social brasileira, com a precária incorporação socioeconômica de parcelas amplamente majoritárias da população do país. É patente o sentido em que essa incorporação precária se vincula com a precariedade da penetração e afirmação dos mecanismos de mercado, ou com o caráter limitado e parcial da afirmação do próprio capitalismo. Em correspondência com isso, a desigualdade de condições gerais de vida se faz acompanhar, no plano sociopsicológico, de traços que estão longe de evidenciar os efeitos igualitários acima atribuídos à vigência mais plena do princípio do mercado. Antes, as desigualdades “objetivas” ou materiais se ligam com a carência de um sentimento generalizado e efetivo de igualdade básica que

³¹ Samuel P. Huntington, *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press, 1968.

³² Vejam-se, por exemplo: “Estado, Economia, Ética, Interesses: Para a Construção Democrática no Brasil”, *Planejamento e Políticas Públicas*, no. 1, junho de 1989; “Consolidação Democrática e Construção do Estado” e “Partidos, Ideologia e Consolidação Democrática”, ambos em Fábio W. Reis e Guillermo O’Donnell (orgs.), *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*, São Paulo, Vértice, 1988; e “Cidadania Democrática, Corporativismo e Política Social no Brasil”, capítulo 12 do presente volume.

se estendesse através das fronteiras das classes que compõem a estrutura social e fosse compartilhado pelos membros das diferentes classes – sentimento este que, ao tornar injustificadas e ilegítimas as desigualdades efetivamente existentes, é requisito essencial da difusão das disposições inconformistas, reivindicantes e autônomas que se associam à operação do princípio do mercado. Por outras palavras: a estrutura social brasileira apresenta ainda, em grau significativo, as feições próprias de uma estrutura de *castas*, em que coexistem “submundos” ou “segmentos” estratificados e em grande medida estanques, estrutura esta que encontra, naturalmente, lastro importante no passado escravista relativamente recente do país. Tais circunstâncias revelam, no plano da “elite”, a existência de imagens e disposições grandemente negativas com respeito à massa popular (como mostraram de novo os dados de pesquisa executada pelo IBOPE em 1989 para a revista *Veja*)³¹; no plano da massa popular mesma, por seu turno, dá-se a vigência extensa de hábitos de deferência, passividade e conformismo – ainda que tais hábitos convivam com certa insatisfação difusa e que se produza, na mescla desses elementos, o populismo que tem marcado o processo político-eleitoral brasileiro, com o apoio das massas a lideranças que com frequência lhes são heterogêneas.

Ora, nesse complexo de condições adversas seria claramente ilusório esperar – a não ser, talvez, em perspectiva de tempo inaceitavelmente longa – pela ocorrência, *em escala adequada*, da organização autônoma dos interesses populares, como consequência da própria transformação capitalista, para que então se viesse a ter a “conquista” popular dos benefícios sociais da cidadania. Não se trata aqui apenas de contestar a concepção de T. H. Marshall da sucessão dos direitos civis, políticos e sociais nos moldes em que essa contestação é feita, por exemplo, em texto de Giddens de alguns anos atrás, onde se afirma o estreito entrelaçamento da luta pelos diferentes aspectos da cidadania em termos que *supõem* a capacidade autônoma de luta, nas diversas frentes, por parte dos setores populares diretamente interessados³². Trata-se antes de afirmar que, em grande medida, o estado, através de sua ação no plano social, tem de ser ele mesmo o agente produtor, no limite, da própria capacidade de reivindicação – ou o agente produtor de condições propícias ou tendentes a um mercado

³³ “O Problema é o Povo”, *Veja*, ano 22, no. 35, 6 de setembro de 1989, pp. 44-5.

³⁴ Cf. Anthony Giddens, “Class Division, Class Conflict and Citizenship Rights”, em *Profiles and Critiques in Social Theory*, Londres, MacMillan, 1982.

político no sentido positivo da expressão anteriormente proposto, incluindo de maneira destacada os requisitos da própria dimensão *civil* da cidadania³³.

Temos, assim, no caso brasileiro, em condições de marcadas deficiências institucionais e de intensa marginalidade social, um jogo “vicioso” de mercado que se desenvolve sobretudo no reduzido espaço configurado pelas parcelas socioeconomicamente integradas da população e que se estende tanto à dimensão “econômica” de nosso capitalismo “selvagem” e inflacionário quanto à dimensão “política” do clientelismo, corporativismo e “fisiologismo” pretorianos. Tal jogo se complica pelo fato de que, nas circunstâncias da cena mundial contemporânea, a alternativa ao autoritarismo militarista aberto não pode ser senão um processo eleitoral inerentemente incorporador e expansivo – no qual os excluídos do mercado “econômico” se incorporam a um especial “mercado político” também ele perverso e vicioso na sua articulação inevitável com os demais aspectos do quadro geral.

Para concluir, desloquemos o foco, neste breve e desprezioso exercício final, para o processo em curso na União Soviética. Do ponto de vista da análise das causas da situação atual, parece claro o importante papel cumprido pelo peso avassalador do estado e a correspondente atrofia dos mecanismos de mercado, que redundaram na profunda crise econômica e no surgimento da necessidade de reformulação. Contudo, seria desejável, e é certamente possível em princípio, procurar separar o papel da presença e iniciativa estatais, por si mesmas, do exercido pela tradição do estado autoritário, policial e paranóico. A combinação dos dois aspectos (estatismo e autoritarismo) não é teoricamente inevitável, como prova a grande expansão do estado, nas últimas décadas, na generalidade dos países ocidentais avançados, a qual se pode mesmo pretender ver como condição de sua continuada estabilidade democrática; mas tal combinação certamente resultará especialmente desestimulante e atrofiante para o potencial de iniciativa e dinamismo no plano da sociedade em geral.

³³ Os dois últimos parágrafos são quase integralmente tomados de “Cidadania Democrática, Corporativismo e Política Social no Brasil”, neste volume, onde os problemas em questão são referidos, em particular, às relações entre o “civil” e o “cívico” como dimensões da cidadania e aos equívocos que brotam daí, cuja crítica permite a reavaliação da ligação entre a cidadania e categorias como “clientelismo”.

Seja como for que se avaliem as causas da situação presente, ela sem dúvida contém feições e desafios que se mostram grandemente paradoxais à luz das formas convencionais de conceber os problemas em questão. O que talvez se querará ver como o maior deles evidencia, num plano mais dramático, algo afim a um traço da situação brasileira de que se falava há pouco: o fato de que, se se trata de criar mercado, até mesmo (e crucialmente) no sentido diretamente econômico da palavra, o estado é necessariamente o agente decisivo das ações correspondentes numa sociedade em que até aqui ele era tudo. Zygmunt Bauman notava há algum tempo que a criação do mercado pelo estado envolve em alguma medida a criação da própria classe “burguesa”³⁴ – e as dificuldades envolvidas certamente justificam grandes reservas quanto às perspectivas de êxito da pretendida transformação econômica e, por extensão, da democratização e eventualmente da estabilidade política do país. Como Adam Przeworski tem sustentado, são grandes os riscos de pretorianização ou “latino-americanização”, onde o socialismo em derrocada se veria substituído por capitalismo pobre e instabilidade política. Sem falar dos obstáculos que as várias etnias e nacionalidades opõem à instauração de uma dinâmica “mercantil” de tipo pragmático e tolerante – ou à instauração de um saudável “mercado político” no âmbito da atual federação soviética como um todo.

Mas há pelo menos outro grande paradoxo, o qual permite ver sob luz mais positiva as dificuldades do presente – contanto que as condições que o definem não venham a revelar-se apenas um momento fugaz do processo em curso. Refiro-me a que a experiência por que passa atualmente União Soviética representa a tentativa de processar deliberada e institucionalmente, em ritmo acelerado e em meio a uma crise de grandes proporções, uma transformação *institucional* de alcance e significado singulares, com a modificação das próprias regras do jogo. Tudo somado, trata-se de experiência inédita, na qual o elemento de intencionalidade e reflexividade tem, por um lado, papel singularmente importante a exercer, mas o objetivo almejado é explicitamente o de instaurar mercado e democracia. E se o novelo de circunstâncias envolvidas fazem do processo soviético um caso peculiarmente dramático de conjugação das dimensões

³⁴ Conferência sobre o Leste europeu pronunciada em Caxambu, MG, em outubro de 1990, por ocasião do XIV Encontro Anual da ANPOCS.

analíticas que estivemos considerando acima, tal processo só poderá ser considerado bem-sucedido na medida em que, justamente, logre cumprir-se de maneira institucional e escapar, assim, ao nosso pantanal pretoriano.

Certas facetas do paradoxo aí contido se tornam mais claras se retomamos as análises de Huntington e a aplicação que delas fez, ainda na década de 60, à União Soviética. Com efeito, contrariando o ânimo inequivocamente negativo que então prevalecia entre os analistas norte-americanos com respeito à União Soviética, o conservadorismo realista de Huntington levou-o a caracterizá-la como um sistema político “desenvolvido”. Tal caracterização se fazia com base precisamente na importância por ele atribuída à distinção entre sociedades “pretorianas” e sociedades de vida política “institucionalizada”, independentemente do caráter mais ou menos democrático de cada uma: democrática ou não, a União Soviética corresponderia inequivocamente a um caso em que o processo político se desdobraria de acordo com regras e procedimentos institucionais efetivos³⁵.

Como avaliar tal perspectiva diante dos acontecimentos atuais? Naturalmente, eles submetem a um teste extremo a solidez das instituições políticas do país, já que colocam em questão a capacidade delas para processar em termos institucionais, e em circunstâncias adversas, a sua própria transformação. E a grande indagação analítica e prática que se coloca é a de até que ponto o conteúdo mesmo dos valores e objetivos em jogo no processo, que redundam na instauração da democracia, será capaz de condicionar de maneira favorável as perspectivas de êxito da forma institucional de conduzir tal processo.

Há um sentido claro em que, por si mesma, a ocorrência da experiência de reformulação profunda na União Soviética e nos países do Leste europeu desmente a perspectiva de Huntington. Com efeito, além de conter o risco de prolongada ruptura pretoriana, cuja consequência seria situar “objetivamente” o capitalismo avançado como a única solução institucionalmente estável a longo prazo (ademais de politicamente democrática), aquela experiência envolve o reconhecimento aberto da precariedade ou deficiência dos arranjos institucionais até aqui prevaletentes e, em particular, do decisivo paradoxo inerente ao

³⁷ Cf. Huntington, *Political Order in Changing Societies*.

“socialismo real”: o de buscar a realização de valores que não representam, em última análise, senão a radicalização do ideal democrático, mas de tratar de fazê-lo através de formas institucionais autoritárias. E o fato em si de que a dinâmica do socialismo autoritário acabe na necessidade da reformulação nega diretamente o postulado fundamental de Huntington: contra o que pretende ele, institucionalidade estável só se democrática, e os países socialistas só se tornariam efetivamente viáveis institucionalmente, a longo prazo, ao se democratizarem.

Paradoxalmente, porém, Huntington certamente terá tido razão, ainda que de maneira equívoca, se a ruptura pretoriana for evitada através das vicissitudes da crise, ou seja, se o encaminhamento desta continuar a dar-se em termos institucionais. Em qualquer caso, resta o fato – altamente significativo no que tem de evidente e raro – de que o sistema, com o grande espaço que nele ocupa a aparelhagem do estado, *foi* (e está sendo) capaz da reflexividade e da intencionalidade que se manifestam nas decisões que resultam no processo em curso, nas quais um mínimo de candura pode pretender ver o amadurecimento de um surpreendente potencial democrático das próprias formas institucionais prévias – ou talvez a força da afinidade última entre o ideário socialista e a aspiração democrática. É irônico, naturalmente, que essa afinidade se torne patente num processo em que se pretende apontar o desmantelamento do socialismo como tal. De qualquer forma, é também marcante o contraste que a experiência atual oferece – até agora: três golpes na madeira! – com a truculência frequentemente exibida pelo capitalismo diante das tentativas institucionais e democráticas de suplantá-lo ou de introduzir nele reformas mais profundas e abruptas.

Contudo, talvez se trate do desmantelamento do socialismo somente se a definição deste o reduz equivocadamente ao estado e o despoja do elemento libertário associado ao mercado. E assim como analistas ocidentais têm destacado, em conexão com os componentes sociais da cidadania democrática ligados ao *welfare state*, que a expansão capitalista do mercado envolveu necessariamente a expansão quase concomitante de uma contraface não-mercantil, como requisito funcional inerente à própria lógica do capitalismo³⁶, assim também cabe sustentar que o

³⁸ Veja-se, por exemplo, Claus Offe (editado por John Keane), *Contradictions of the Welfare State*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 1985, especialmente pp. 262-64.

desenvolvimento de uma cidadania democrática socialista não teria, na verdade, como prescindir do mercado. Na perspectiva geral aqui proposta, talvez seja mesmo irrelevante, no fundo, a decisão relativa aos rótulos de capitalismo ou socialismo. Apesar de poderem ocorrer ênfases e equilíbrios variados, o objetivo, como se indicou antes, é sempre, no limite, o de instaurar o mercado – e garantir *institucionalmente* (ou seja, por meio do estado, e de um estado tão amplo e complexo quanto seja necessário) o fator igualitário e libertário do mercado contra os monopólios e as desigualdades de todo tipo que sua operação espontânea tenderá sempre a produzir. Por certo, com a importante qualificação “rawlsiana” relativamente às circunstâncias em que um eventual incremento de desigualdade se fará em proveito mesmo dos menos favorecidos, e assim talvez no interesse de todos³⁷.

De qualquer forma, serão talvez claras algumas dimensões em termos das quais o processo soviético pode ser contrastado com o caso brasileiro tal como brevemente examinado acima. (a) Do ponto de vista social, temos a existência de um espaço potencial de operação de um mercado igualitário mais amplo do que o que resulta dos remanescentes traços de casta da sociedade brasileira, apesar de tal espaço se ver obstado, na União Soviética, por irredentismos étnicos ou nacionais. (b) Esse aspecto é contrabalançado, porém, pela carência soviética de agentes afeitos ao jogo do mercado (nos vários planos em que caberia aplicar tal categoria, e decisivamente no plano convencionalmente econômico), ainda que a operação dos mecanismos correspondentes se tenha mostrado, no caso brasileiro, propensa a fazer ressaltar os aspectos “viciosos” da dinâmica dispersa e descoordenada do mercado. (c) Em princípio (ou seja, até que se faça a prova de sua resistência efetiva à ameaça pretoriana, e em particular de sua capacidade de controle continuado dos militares), existem, aparentemente, boas razões para justificar presunção favorável à União Soviética, em comparação com o Brasil, no que se refere ao lastro institucional disponível em ambos os casos. Resta a questão de estabelecer até que ponto essa institucionalidade presumivelmente mais sólida no caso soviético (que seria a razão da capacidade de condução institucional da crise até aqui revelada) se deve à mera operação de fatores afins ao realismo huntingtoniano, tais como a longa presença dominante da aparelhagem

estatal (cuja contrapartida é a correspondente carência de agentes sociais fortes e autônomos perante o estado, eventualmente capazes de oporem-se a seus desígnios), ou, ao revés, até que ponto envolverá a fidelidade a ideais democráticos até aqui latentes no ideário socialista. Seja como for, no delicado jogo que resta por jogar, seria certamente mais prudente que os agentes institucionais da democratização e abertura contassem pragmaticamente com a propensão generalizada ao “fisiologismo”. Que *não* é latino-americano.

³⁹ Refiro-me, naturalmente, a Rawls, *A Theory of Justice*.